

RELATÓRIO

ANÁLISE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Apresentado por (i) **Fazenda Bela Vista Holding Ltda.**; (ii) **Valler & Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.**; e, (iii) **Rosimar Valler**, à seq. 177 dos autos do processo de recuperação judicial n.º 0028233-83.2024.8.16.0021, em trâmite perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional de Cascavel /PR.



ÍNDICE

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
II. DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 53, CAPUT, E INCISOS I, II E III, DA LREF.....	5
a. <i>Da tempestividade quanto à apresentação do plano de recuperação judicial, na forma do disposto no art. 53, caput, da Lei 11.101/2005</i>	<i>5</i>
b. <i>Da discriminação pormenorizada dos meios de recuperação, na forma do disposto no art. 53, I, da Lei 11.101/2005</i>	<i>6</i>
c. <i>Da demonstração de viabilidade econômica, na forma do disposto no art. 53, II, da Lei 11.101/2005</i>	<i>11</i>
d. <i>Da apresentação do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das devedoras, na forma do disposto no art. 53, III, da Lei 11.101/2005.....</i>	<i>11</i>
III. DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 54, DA LEI 11.101/2005	12
IV. PONTOS DE ATENÇÃO DESTACADOS PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL	13
a. <i>Da previsão de supressão das garantias e extensão da quitação aos coobrigados e devedores solidários</i>	<i>14</i>
b. <i>Do termo inicial da carência atrelado ao trânsito em julgado da decisão homologatória do PRJ.....</i>	<i>18</i>
V. CONCLUSÃO	20

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sucintamente, trata-se de pedido de recuperação judicial aforado em 28 de agosto de 2024 por (i) Fazenda Bela Vista Holding Ltda.; (ii) Valler & Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.; (iii) Gilmar Goes Agropecuária; e, (iv) Rosimar Valler.

O pedido foi distribuído ao d. Juízo da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel/PR, o qual, em 29 de novembro de 2024, homologou o requerimento de **desistência** formulado por Gilmar Goes Agropecuária e, com relação a ele, julgou extinto o processo sem resolução de mérito, bem como deferiu o processamento do feito recuperacional em relação às demais postulantes, em regime de consolidação substancial.

Em razão do reconhecimento da consolidação substancial, em 28 de janeiro de 2025, ao ev. 177, as Devedoras apresentaram único Plano de Recuperação Judicial, bem como os respectivos laudos econômico-financeiros e de avaliação.

Para tanto, em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “h”, da LREF, oportunamente, esta Administradora Judicial apresenta o presente Relatório de Análise do Plano de Recuperação Judicial.

Previamente à apresentação do mencionado Relatório, no entanto, alguns esclarecimentos merecem ser realizados.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Pois bem. Uma das muitas inovações realizadas pela Reforma da Lei 11.101/2005, levada a efeito pela Lei 14.112/2020, foi o acréscimo ao rol de atribuições do administrador judicial do dever de confeccionar um relatório a respeito do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor¹.

Tal missão deve ser entendida no contexto geral de competências do administrador judicial e de seu papel nos processos de recuperação judicial, no sentido de que ele (o administrador judicial) não é parte no processo e atua como auxiliar do juízo. Portanto, o administrador judicial, em regra, não ingressará na dimensão negocial do plano, já que isso, em princípio, é de competência da exclusiva assembleia.

Contudo, é importante que o Administrador indique pontos que pendem de esclarecimentos, que eventualmente sejam tidos como inválidos pela jurisprudência ou mesmo que violem frontalmente as disposições da Lei 11.101/2005, especialmente da Seção III, do Capítulo III, que trata, justamente, do plano de recuperação judicial.

Na lição de Daniel Carnio Costa e de Alexandre Nasser de Melo:

¹ Art. 22 [...]

II - [...]

h) apresentar, para juntada aos autos, e publicar no endereço eletrônico específico relatório mensal das atividades do devedor e relatório sobre o plano de recuperação judicial, no prazo de até 15 (quinze) dias contado da apresentação do plano, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor, além de informar eventual ocorrência das condutas previstas no art. 64 desta Lei;



A reforma da lei recuperacional trouxe também norma descrita na Lei 11.101/2005, art. 22, II, "h", determinando ao administrador judicial apresentar, além dos relatórios mensais de atividade, um relatório sobre o plano de recuperação, no prazo de quinze dias após o seu protocolo nos autos. Deverá fiscalizar a veracidade e a conformidade das informações prestadas no plano. Sendo assim, restou positivado nesse expediente o que já era prática de alguns administradores judiciais, que alertavam, ao juízo recuperacional, a respeito de eventuais ilegalidades do plano de recuperação judicial apresentado².

Com efeito, dentre outras coisas, no presente relatório a Administração Judicial destacará cláusulas que, no seu entender, merecem ser objeto de controle de legalidade por este d. juízo.

Passemos, então, à análise do plano de recuperação judicial apresentado.

II. DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 53, CAPUT, E INCISOS I, II E III, DA LREF

a. Da tempestividade quanto à apresentação do plano de recuperação judicial, na forma do disposto no art. 53, caput, da Lei 11.101/2005

Dispõe o art. 53, da Lei 11.101/2005, que o Plano de Recuperação Judicial deverá ser apresentado no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias corridos³, contados da publicação da r. decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.

² COSTA, Daniel Carnio; MELO, Alexandre Nasser de. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Curitiba: Juruá, 2021, p. 108).

³ Art. 189, §1º, I, da Lei 11.101/2005.



No caso em apreço, referida decisão foi lançada aos autos junto ao mov. 126, sendo confirmada a intimação eletrônica das Devedoras em 09/12/2024, cf. se verifica do ev. 135.

Em vista disso, considerada a suspensão dos prazos processuais prevista no art. 220, do CPC, o *dies ad quem* seria 12/03/2025, tendo sido o PRJ lançado aos autos no dia **28/01/2025**, ev. 177. Assim, entendemos que o disposto no art. 53, da Lei 11.101/2005, no que toca à sua tempestividade, foi satisfeito. Pondera-se que ainda que se desconsiderasse o antevisto recesso, o prazo seria 07/02/2025, portanto, tempestivo.

b. Da discriminação pormenorizada dos meios de recuperação, na forma do disposto no art. 53, I, da Lei 11.101/2005

O artigo 53, inciso I, da Lei de Recuperação e Falência (LREF) determina que o plano de recuperação judicial deve apresentar, de forma detalhada, os meios de reestruturação a serem empregados pelas Devedoras.

No Plano de Recuperação Judicial (PRJ) analisado, identificou-se a previsão dos seguintes meios de recuperação: (i) novas condições de pagamento dos créditos sujeitos à recuperação, conforme a cláusula 6 (página 100); (ii) alienação de ativos, conforme a cláusula 8.3 (página 141); e (iii) fusão, associação e arrendamento, conforme a cláusula 9.1 (página 146). Foram elencadas, ainda, no item 1.3 do PRJ, página 11, “recomendações para a reestruturação operacional, administrativa e financeira”, tais sugestões, dado seu caráter de recomendação, não serão consideradas, pois não configuram meios a serem efetivamente empregados.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Passando-se à análise dos meios de recuperação previstos, no que diz respeito ao proposto na **cláusula 6**, que prevê a **reestruturação do pagamento dos créditos**, as Devedoras apresentaram condições individualizadas de reestruturação por classe de credores, sendo de relevo destacar não ter sido apresentada proposta à credores da classe IV – ME e EPP, uma vez que a relação de credores que instruiu o pedido de recuperação judicial não contempla créditos desta natureza.

Sobre a ausência de previsão de pagamento à classe IV, considerando que a fase de verificação de créditos sequer teve início, é prematuro afirmar que não existem créditos nesta categoria. Dessa forma, recomenda-se a inclusão de uma proposta específica de pagamento para eventuais credores desta classe, mitigando potenciais questionamentos sobre a validade e exequibilidade do PRJ.

Em relação às demais classes, o quadro resumo da condição proposta será elencada na sequência, a fim de possibilitar uma análise facilitada pelos credores⁴:

⁴ A administração judicial entende que a condição de pagamento proposta para os credores trabalhistas pode não atender plenamente o disposto no art. 54 da LREF. Além disso, a carência atrelada ao trânsito em julgado da homologação do PRJ é um ponto sensível que parece atrair o controle de legalidade por este d. Juízo, conforme precedentes dos Tribunais Estaduais. Esses aspectos serão analisados detalhadamente nos itens III e IV subsequentes.



Classe	subclasse	Item	Deságio	Atualização	Forma de pagamento	Carência
Classe I - Trabalhista	Créditos de natureza estritamente salarial, até o limite de 05 salários-mínimos, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial	6.2.1.1	-	-	Parcela única, 30 dias após a aprovação do plano.	-
	Saldo remanescente ao limite de 05 salários-mínimos dos créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.	6.2.1.1	-	-	Parcelas mensais, no prazo de 1 (um) ano, após o recebimento do teto estabelecido pelo art. 54 da Lei nº 11.101/2005.	-
Classe II – Garantia Real	-	6.2.2	60%	TR	22 (vinte e duas) parcelas semestrais consecutivas, vencíveis nos dias 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.	12 (doze) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória do PRJ
Classe III - Quirografária	-	6.2.3	60%	TR	22 (vinte e duas) parcelas semestrais consecutivas, vencíveis nos dias 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.	12 (doze) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória do PRJ

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8GY NE7YC 2JBPJ 6EZHU

Com relação aos demais meios de recuperação judicial previstos, quais sejam: (ii) **cláusula 8.3** - alienação de ativos⁵ e (ii) **cláusula 9.1** - fusão, associação e arrendamento⁶, em nossa visão, não satisfazem o requisito exigido pelo art. 53, I, da LREF, isto é, de apresentação **pormenorizada** dos meios de reestruturação, na medida que fazem menção a meios de recuperação **genéricos**.

Isso porque, as cláusulas em questão, contêm termos vagos, sem especificação clara dos ativos a serem alienados, da forma de execução da fusão, associação ou arrendamento e dos prazos envolvidos. Nesse sentido, os ensinamentos de Marcelo Sacramone:

“A identificação dos meios não poderá ser genérica. Sua descrição deverá ser pormenorizada, com a data, inclusive, em que serão implementados e de que modo isso ocorrerá. Como composição celebrada entre devedor e seus credores, a recuperação judicial exige que os credores saibam exatamente sobre o que estão manifestando sua vontade. Um plano cujos meios de recuperação são previstos apenas de modo genérico não permite essa ciência inequívoca do contratado e não assegura a vinculação dos credores.”

⁵ Cláusula 8.3, página 142: “É intenção da empresa proceder a venda de alguns ativos como veículos e equipamentos relacionados no Anexos IV, parte integrante desse plano, à medida que os mesmos não se mostrarem mais em condições e uso para os fins específicos de produção. De tal sorte, por ocasião da deliberação do presente plano de recuperação judicial, pela assembleia de credores, deverá ser submetida tal possibilidade à Assembleia, para que mesma delibere sobre a conveniência e oportunidade de aprovar tal medida.”

⁶ Cláusula 9.1, página 146: “E, finalmente, merece registro, a possibilidade de mais uma alternativa de viabilidade de operação e saneamento financeiro do Grupo. Conforme disposto no Inciso XI, do artigo 50, da Lei 11.101/2005, que prevê as possibilidades de fusão, associação, arrendamento, etc..”



Ademais, a previsão de alienação genérica de ativos infringe o disposto no art. 66 da LREF⁷, que veda a alienação de bens do ativo permanente das Devedoras após o pedido de recuperação judicial, salvo autorização judicial expressa ou disposição expressa no PRJ. No presente caso, com exceção da previsão de venda do silo armazenador, cuja descrição está devidamente pormenorizada, a cláusula permite indiscriminadamente a alienação e oneração dos bens do ativo permanente, em afronta ao art. 66 da LREF.

A este respeito, a jurisprudência do e. TJPR tem se posicionado contra previsões genéricas de alienação de ativos, mesmo que acompanhadas de uma lista geral de bens, em razão da violação ao art. 66 da LREF, vejamos:

Agravo de Instrumento. Decisão que homologou o plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores. 1. Controle judicial do conteúdo do plano de recuperação que se limita ao campo da legalidade sobre as deliberações tomadas em assembleia geral de credores. Enunciado nº 44 e 46 da I jornada de direito comercial. (...) **Alienação de ativos. Cláusula que prevê que a recuperanda poderá alienar os ativos descritos junto ao plano de recuperação. Cláusula genérica. Ofensa ao artigo 66 da lei 11.101/05.** Necessidade de se observar o devido processo legal (intervenção judicial e ministerial, e abertura de contraditório aos credores). (...). 7. A alienação de ativos deverá seguir o rito procedimental adequado, que oportunize o contraditório dos credores e o devido envolvimento do juízo e do ministério público. (TJPR - 17ª câmara cível - 0020808-39.2022.8.16.0000 - Curitiba - rel.: substituto Luciano Campos de Albuquerque - j. 22.06.2023) (g.n)

⁷ art. 66, LREF: ***“após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial”.***



Dessa forma, conclui-se que as previsões de alienação de ativos, fusão, associação e arrendamento, tal como apresentadas, não atendem a exigência do art. 53, inciso I, LREF.

c. Da demonstração de viabilidade econômica, na forma do disposto no art. 53, II, da Lei 11.101/2005

O plano de recuperação judicial apresentado, nas **cláusulas 1.8** (página 16), **8.2** (página 136) e **9.1** (página 144), posiciona-se pela viabilidade do PRJ sob a ótica econômico-financeira, desde que respeitadas as premissas adotadas. Assim, objetivamente, isto é, sem realização de análise *subjéctiva* acerca da viabilidade econômica das Devedoras - matéria esta de competência exclusiva dos credores - entendemos que o disposto no art. 53, II, da Lei 11.101/2005, foi satisfeito.

d. Da apresentação do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das devedoras, na forma do disposto no art. 53, III, da Lei 11.101/2005

No ev. 177.3 as Devedoras apresentaram Laudo Econômico-financeiro subscrito pelo economista Neio Lúcio Peres Gualda (CORECON/PR 2838). Assim, objetivamente, entendemos que o disposto no art. 53, III, da Lei 11.101/2005, em relação ao laudo econômico-financeiro, a exigência legal foi atendida.

No entanto, os laudos de avaliação dos bens e ativos das Devedoras, juntados nos evs. 177.7, 177.8, 177.9 e 177.10, não preenchem integralmente os requisitos exigidos pela legislação, uma vez que não foram subscritos por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Diante disso, para a devida regularização, faz-se necessária a reapresentação do laudo de avaliação de bens e ativos, devidamente assinado por profissional competente ou empresa especializada, de modo a garantir sua validade e conformidade com a legislação aplicável.

III. DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 54, DA LEI 11.101/2005

A Lei 11.101/2005 estabelece proteção especial aos créditos decorrentes da legislação trabalhista e aos oriundos de acidente de trabalho, em razão de sua natureza alimentar. Em virtude disso, o art. 54, *caput*, da LREF, determina que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) não poderá estabelecer prazo superior a 1 (um) ano para o pagamento desses créditos. Além disso, o § 1º do mesmo dispositivo estabelece que o prazo para o pagamento de créditos de natureza estritamente salarial, limitados a 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador e vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias, contados da homologação do plano.

Voltando-se os olhos ao PRJ analisado, a proposta para pagamento dos créditos desta natureza devidamente discriminada no *item b* acima, parece considerar exclusivamente a existência de créditos previstos no art. 54, §1º, da LREF, quais sejam, aqueles de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, limitados a 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador. Para esses credores, propõe-se o pagamento no prazo de 30 dias, contados da homologação do plano, em **absoluta observância** ao disposto na LREF.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



No entanto, caso o valor devido a estes credores ultrapasse o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, o saldo remanescente será pago em parcelas mensais, no prazo de 1 (um) ano após o recebimento do teto estabelecido pelo § 1º, o que não parece coadunar com o disposto no caput do art. 54, LREF.

Isso porque, a proposta de pagamento do saldo remanescente em até 1 (um) ano, após o recebimento dos 5 (cinco) salários-mínimos, que ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, excede o limite temporal disposto no predito artigo, uma vez que, nesta hipótese, o crédito do trabalhador seria quitado em um prazo de 13 meses, ultrapassando o limite de 1 (um) ano.

Ademais, é importante que seja apresentada uma proposta de pagamento também para os credores que não possuem créditos de natureza estritamente salarial, como por exemplo, aqueles oriundos de honorários advocatícios, na medida que, caso novos créditos de natureza trabalhista sejam incluídos no plano e não se enquadrem no art. 54, §1º, da LREF, é imprescindível que o plano de recuperação judicial (PRJ) contemple estes credores.

IV. PONTOS DE ATENÇÃO DESTACADOS PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Destacam-se, na sequência, cláusulas que embora não tenham conteúdo ilegais em si, chamam a atenção pelo caráter sensível e eventualmente controvertido frente à jurisprudência pátria, razão pela qual parecem atrair a análise judicial quanto à legalidade de suas disposições.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



a. Da previsão de supressão das garantias e extensão da quitação aos coobrigados e devedores solidários

Os itens VI, VII e VIII das propostas de pagamentos direcionadas aos credores da Classe II – Garantia Real (**cláusula 6.2.2**) e Classe III – Quirografária (**cláusula 6.2.3**) do PRJ em análise, de certa forma, visam estender as benesses da recuperação judicial aos devedores solidários e coobrigados, vejamos:

“VI) Garantias – Serão mantidas as garantias reais originalmente contratadas e inclusive as fidejussórias outorgadas pelas Recuperandas, ficando, no entanto, em relação aos terceiros devedores solidários ou coobrigados, suprimidas as garantias em geral, sejam reais, cambiais ou fidejussórias.”

“VII) Novação – Ocorrendo a aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores e, devidamente, homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, por força do disposto no Art. 59 da Lei 11.101/2005, obrigará as Recuperandas e seus credores sujeitos à Recuperação Judicial, ou que tiverem aderido aos termos deste plano, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título a novação de todos os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial no momento da aprovação, inclusive aqueles que, mesmo não sujeitos à recuperação, foram relacionados e não contestados pelos respectivos credores, não podendo qualquer crédito ser cobrado de forma individualizada dos coobrigados por força da novação aprovada através do plano de recuperação judicial.

(...)

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores, ou de forma direta pelo Poder Judiciário, deverão ser suspensas todas as ações de cobranças, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra as Recuperandas e/ou seus respectivos sócios controladores e respectivos cônjuges, e, ainda, para todos os demais

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



coobrigados a qualquer títulos, inclusive por avais e fianças, referente aos respectivos créditos sujeitos à recuperação judicial e de prosseguimento processual enquanto o mesmo estiver sendo regularmente cumprido.”

“VIII) Quitação Integral dos Débitos – Após o pagamento integral dos créditos nos termos, condições e formas estabelecidas neste Plano, os respectivos valores serão considerados integralmente pagos e quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva.”

Desde a entrada em vigor da Lei 11.101/2005, a posição do garantidor do devedor que pede recuperação judicial, certamente, figura entre os temas de maior controvérsia sob perspectiva jurisprudencial.

Em linhas gerais, a jurisprudência tem se manifestado de forma contrária à previsão de extinção das ações movida contra codevedores na hipótese de aprovação do plano, a ponto de a matéria ter sido sumulada perante o STJ:

Súmula 581, STJ: A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

Em meados de 2021, no entanto, o STJ passou a conferir certa flexibilização, firmando o entendimento de que a supressão somente será válida para os credores que *expressamente anuírem* à cláusula:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. NOVAÇÃO. EXTENSÃO. COOBRIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIAS. SUPRESSÃO OU SUBSTITUIÇÃO. CONSENTIMENTO. CREDOR TITULAR. NECESSIDADE. [...] 3. **A cláusula que estende a novação aos coobrigados é legítima e oponível apenas aos credores que aprovaram o plano de recuperação sem nenhuma ressalva, não sendo eficaz em relação aos credores ausentes da assembleia geral, aos que abstiveram-se de votar ou se posicionaram contra tal disposição.** (STJ, 2.a Seção, REsp 1794209/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2021, DJe 29/06/2021, g.n.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE. 1. **A Segunda Seção do STJ firmou entendimento no sentido de que a cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão de garantias somente é eficaz em relação aos credores que com ela anuíram.** 1.1 A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp n. 2.010.442/CE, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/3/2023, DJe de 23/3/2023.)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXECUÇÃO CÍVEL. SUPRESSÃO DE GARANTIAS. **INEFICÁCIA DA CLÁUSULA DO PLANO EM RELAÇÃO AOS CREDITORES QUE COM ELA NÃO ANUÍRAM EXPRESSAMENTE.** POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM FACE DO AVALISTA. 1. Conforme definido pela Segunda Seção desta Corte, a anuência do titular de garantia, real ou fidejussória, é indispensável para que o plano de recuperação judicial possa estabelecer sua supressão ou substituição (REsp 1.794.209/SP, DJe 29/6/2021). Para o colegiado, a cláusula supressiva apenas gera efeitos aos credores que aprovaram o plano de recuperação sem ressalvas quanto

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



a ela, não sendo eficaz, portanto, em relação àqueles que não participaram da assembleia, que se abstiveram de votar ou que se posicionaram contra tal disposição.

2. É possível o prosseguimento de execução de título extrajudicial em relação ao avalista, na hipótese de os credores não terem participado da assembleia que aprovou o plano de soerguimento prevendo a supressão de garantias, por se tratar de cláusula ineficaz em relação aqueles credores.

3. Agravo interno não provido. (AglInt no CC n. 194.221/SP, relatora Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, julgado em 20/6/2023, DJe de 22/6/2023.)

Voltando-se os olhos ao plano em comento, nota-se que ele prevê, indiscriminadamente, que a homologação do PRJ acarretará na supressão das garantias reais, cambiais ou fidejussórias prestadas por terceiros devedores solidários ou coobrigados, bem como estende a novação aos coobrigados e confere quitação, quando do cumprimento do PRJ, não somente em relação à devedora em recuperação judicial, mas em relação a todos os coobrigados. No entanto, como visto, o entendimento prevalecente no STJ é no sentido de que estas disposições serão aplicáveis tão somente em relação aos credores que “**expressamente anuírem**” com as cláusulas de liberação.

Ou seja, a jurisprudência firmou-se no sentido da necessária *anuência inequívoca*. Com efeito, em nosso sentir, a extensão dos benefícios da recuperação judicial aos coobrigados e devedores solidários somente poderá ser aplicável para aqueles credores que anuírem expressamente com tal condição, não sendo eficaz, portanto, em relação aos que não participaram do conclave, que se abstiveram de votar ou se posicionaram contra as disposições.

Não obstante, a respeito da extensão do efeito da quitação a todos os coobrigados, o entendimento jurisprudencial que tem se formado é, também, no sentido de que somente se aplica aos credores anuentes da supressão de garantias:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Agravo de instrumento. Ação de cobrança. Cumprimento de sentença movido em face dos coobrigados. **Alegação de quitação da dívida nos autos da recuperação judicial da devedora principal, cujo plano homologado previa a liberação dos coobrigados.** Atual entendimento do STJ, no entanto, de que a cláusula que prevê a supressão das garantias reais e fidejussórias é legítima e oponível apenas aos credores que aprovaram o plano de recuperação sem nenhuma ressalva, não sendo eficaz em relação aos credores ausentes da assembleia geral, aos que se abstiveram de votar ou se posicionaram contra tal disposição. Banco que, in casu, aparentemente discordou da referida cláusula, consoante consta da ata da assembleia geral de credores. **Anuência do banco agravado não demonstrada. Impossibilidade de acolhimento do pedido dos executados.** Decisão mantida. Recurso conhecido e não provido. (TJPR - 16ª Câmara Cível - 0011610-75.2022.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Juíza de Direito Substituto em Segundo Grau Vania Maria Da Silva Kramer - J. 27.07.2022)

Assim, embora não se trate de uma ilegalidade propriamente, parece ser caso de destaque em razão do caráter controvertido frente ao entendimento jurisprudencial que se consolidou quanto ao tema, que exige a **anuência expressa do credor à referida disposição.**

b. Do termo inicial da carência atrelado ao trânsito em julgado da decisão homologatória do PRJ

A proposta de pagamento aos credores da Classe II – Garantia Real (cl. 6.2.2) e Classe III – Quirografária (cl. 6.2.3), prevê, igualmente, prazo de carência de 12 meses, “a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC)”.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Sem adentrar nos aspectos econômicos da referida disposição, no que se refere à condição estabelecida, a previsão de início da contagem da **carência**, atrelada ao **trânsito em julgado** da decisão homologatória, não coaduna com entendimento jurisprudencial, que tem se posicionado pela sua manifesta ilegalidade, por gerar insegurança jurídica e imprevisibilidade quanto ao início do cumprimento do plano.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Decisão agravada que, após prazo de carência, intimou as recuperandas para comprovação do pagamento das parcelas devidas aos credores, considerando que a data prevista para o início do cumprimento do plano é a da homologação, ocorrida em 14/08/2019. INCONFORMISMO. (...) decisão colegiada anterior (em sede de agravo de instrumento) que julgou legal a previsão de prazo de carência no plano recuperacional, mas **abusivo o termo inicial fixado a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação. fundamento na insegurança jurídica do PRAZO DE PAGAMENTO ATRELADO A EVENTO FUTURO E INCERTO, SEM DEFINIÇÃO DE DATA.** Juízo de origem que, ao determinar às recuperandas que comprovem o pagamento das parcelas devidas aos credores, observou os termos da decisão colegiada do segundo grau. decisão agravada mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª Câmara Cível - 0054599-96.2022.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR TITO CAMPOS DE PAULA - J. 13.02.2023) (grifos acrescidos).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ANÁLISE DA LEGALIDADE PELO JUÍZO QUE NÃO FRAGILIZA A SOBERANIA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. (...) ILEGALIDADE DA PREVISÃO DE CONDICIONAMENTO DO INÍCIO DA CARÊNCIA AO TRÂNSITO EM JULGADO. IRRAZOABILIDADE DA IMPREVISIBILIDADE QUE ACARRETA EM INADMISSÍVEL INSEGURANÇA JURÍDICA AOS CREDORES. APROVAÇÃO DO PLANO SUBSTITUTIVO HÁ MAIS DE UM ANO. FIXAÇÃO DA DATA DA INTIMAÇÃO DA RECUPERANDA ACERCA DO PRESENTE JULGAMENTO COMO MARCO INICIAL DA CARÊNCIA. EXTENSÃO À CLASSE I – DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. IMPOSIÇÃO. MATÉRIA AFETA À COLETIVIDADE. (...) **É manifestamente ilegal a cláusula que condiciona o início da contagem da carência ao trânsito em julgado da decisão de**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



homologação do Plano Substitutivo dada a desarrazoada imprevisibilidade para início dos pagamentos, acarretando em inadmissível insegurança jurídica que merece ser afastada (...) Recurso provido. (TJPR - 18ª Câmara Cível - 0035575-82.2022.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR PERICLES BELLUSCI DE BATISTA PEREIRA - J. 05.10.2022)

Assim, o termo inicial da carência prevista aos credores das Classes II e III atrelado ao trânsito em julgado parece desafiar o controle judicial de legalidade, pela imprevisibilidade do início dos pagamentos.

Essa medida pode ser interpretada como um mecanismo de pressão sobre os credores, desestimulando eventuais recursos para que possam receber seus créditos mais rapidamente. Por outro lado, também permite que as Devedoras utilizem recursos meramente protelatórios para postergar indefinidamente o início dos pagamentos, gerando insegurança jurídica e prejudicando a efetividade da recuperação judicial.

Ademais, essa vinculação representa um risco significativo para a própria Devedora, que precisará monitorar com rigor o trâmite dos eventuais recursos, sob pena de descumprir o PRJ por equívoco na contagem do prazo de início dos pagamentos.

Dessa forma, o controle judicial de legalidade das referidas cláusulas ou alteração espontânea pelas Devedoras parece a melhor medida para garantir maior previsibilidade e segurança jurídica tanto para os credores quanto para as Devedoras.

V. CONCLUSÃO

Diante das análises do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acima realizadas à luz dos requisitos estabelecidos pelos artigos 53 e 54 da Lei 11.101/2005, bem como considerando a jurisprudência pátria, destacamos as seguintes considerações:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



- a. No que se refere à tempestividade da apresentação do PRJ, restou demonstrado o cumprimento do prazo legal previsto no art. 53, caput, da LREF, tendo o plano sido protocolado dentro do prazo de 60 dias, conforme item II, “a”, acima.
- b. Em relação à discriminação pormenorizada dos meios de recuperação judicial exigida pelo art. 53, I, observou-se que a proposta contempla reestruturação de créditos, alienação de ativos e operações societárias. No entanto, identificou-se que as previsões de alienação de ativos, fusão, associação e arrendamento foram propostas de maneira genérica, o que parece comprometer o cumprimento do requisito previsto no inciso I, do art. 53, LREF, além de contrariar a vedação do art. 66, do mesmo diploma legal, conforme item II, “b”, acima. Além disso, parece necessário a inclusão de proposta de pagamento a eventuais credores que venham a compor a classe IV, sobretudo porque a verificação de créditos sequer iniciou, sendo prematuro afirmar que inexistem credores nesta categoria, o que pode gerar discussões futuras sobre validade e exequibilidade do PRJ, cf. item II, “b”, acima.
- c. Quanto à demonstração da viabilidade econômica, exigida pelo art. 53, II, o plano apresentado atende objetivamente ao requisito, sem prejuízo de eventual avaliação subjetiva por parte dos credores, conforme item II, “c”, acima.
- d. No que tange à apresentação do laudo econômico-financeiro e da avaliação dos bens e ativos das Devedoras, conforme exigência do art. 53, III, da LREF, constatou-se que o laudo econômico-financeiro foi assinado por profissional habilitado, atendendo ao requisito legal. Contudo, os laudos de avaliação dos bens e ativos não foram assinados por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada, o que compromete o cumprimento deste requisito, conforme item II, “d”, acima, devendo ser retificado.
- e. No tocante ao cumprimento das disposições do art. 54, da LREF, conforme item III acima, observou-se que a proposta de pagamento dos créditos trabalhistas sujeitos à recuperação respeita apenas em parte os prazos legais, na medida que a

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



proposta de pagamento do saldo remanescente ao montante de 5 (cinco) salários mínimos dos créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses antecedentes ao pedido de recuperação judicial, extrapola o limite de um ano previsto no art. 54, *caput*, da LREF. Além disso, não há previsão de pagamento para eventuais créditos trabalhistas que não se enquadrem no art. 54, §1º, da LREF, o que parece demandar retificações.

- f. Por fim, algumas cláusulas do PRJ apresentam questões controvertidas à luz da jurisprudência, tais como: (i) a previsão de supressão de garantias e extensão da quitação aos coobrigados e devedores solidários; e (ii) a definição do termo inicial da carência a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória do PRJ, o que pode gerar insegurança jurídica e postergar indevidamente o cumprimento das obrigações. Tais disposições demandam análise judicial quanto à sua legalidade, conforme item IV, acima.

Sendo o que tínhamos a relatar para o momento, renovamos os votos de elevada estima e consideração a este juízo, ressaltando que permanecemos à disposição de quaisquer interessados.

Maringá/PR, 26 de fevereiro de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Laís Keder Camargo de Mendonça | OAB/PR 80.384

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br

